



**Mercedes-Benz Financial Services Portugal –
Sociedade Financeira de Crédito, S.A.**

Relatório e Contas

2015

ÍNDICE

Relatório de Gestão.....	4
--------------------------	---

Demonstrações Financeiras

Demonstração dos Resultados.....	8
Demonstração do Rendimento Integral.....	9
Balanço.....	10
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	11
Mapa de Alterações no Capital Próprio.....	12

Notas às Demonstrações Financeiras.....	14
---	----

Anexos

Certificação Legal das Contas

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Política de Remunerações de Colaboradores

Política de Remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização



RELATÓRIO DE GESTÃO

1. A Empresa – A actividade em 2015

O volume de novos créditos celebrados em 2015 ascendeu aos 174 milhões de Euros, num total de 8.123 contratos representando um crescimento de 24% face ao ano de 2014.

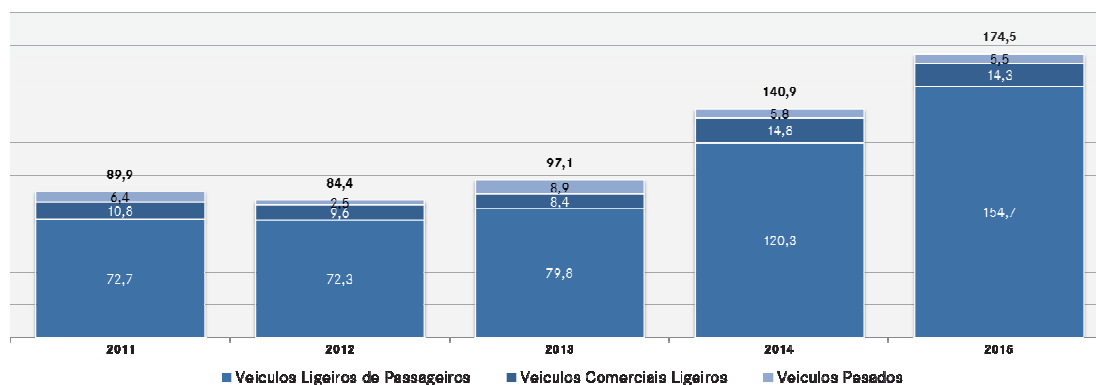
Segundo dados da ACAP o Mercado automóvel cresceu cerca de 22% em comparação com 2014, registando um aumento de aproximadamente 40 mil unidades. Em termos de performance, o importador das marcas Mercedes-Benz / SMART viu crescer em cerca de 34% as suas novas unidades matriculadas, crescimento esse traduzido no aumento da sua Quota de Mercado em cerca de 1% - As marcas MB|SMART representaram no final do ano 2014 cerca de 8,5% do total das vendas do Mercado. O crescimento da marca acima do mercado materializou-se na diminuição da taxa de penetração da Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Sociedade Financeira de Crédito, S.A. (MBFSP ou Sociedade) em conjunto com a Mercedes-Benz Aluguer de Veículos em cerca de 1% - 48,55% das viaturas matriculadas em 2015 foram financiadas pela MBFSP.

	2014				2015				Δ
	Mercado	Vendas Importador (MB)	Quota Mercado	Taxa de Penetração	Mercado	Vendas Importador (MB)	Quota Mercado	Taxa de Penetração	
Veículos Ligeiros de Passageiros	142.827	11.636	8,15%	51,19%	178.496	16.122	9,03%	50,16%	-1,03%
Veículos Comerciais Ligeiros	27.550	1.255	4,56%	46,20%	29.874	1.357	4,54%	39,79%	-6,41%
Veículos Pesados	3.094	595	19,23%	25,92%	3.679	546	14,84%	36,27%	10,35%
Total	173.471	13.486	7,77%	49,49%	212.049	18.025	8,50%	48,55%	-0,94%

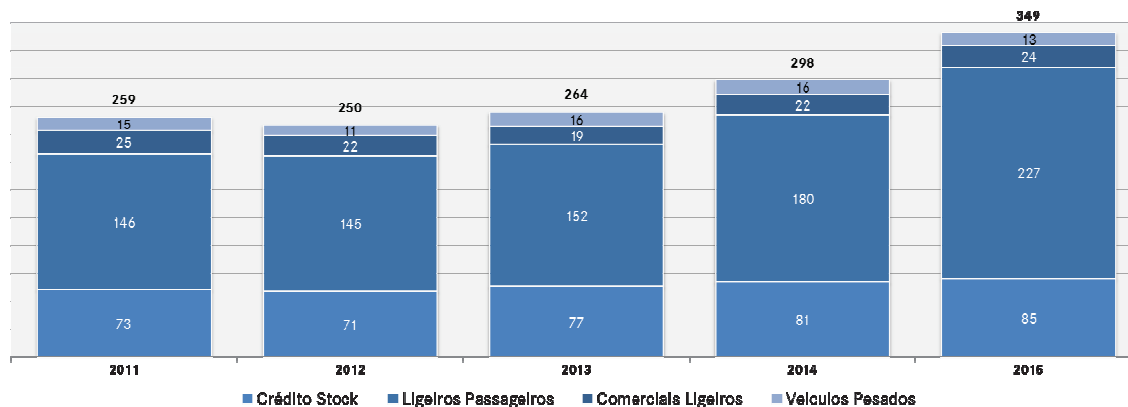
Nota: Taxa penetração conjunta com Mercedes-Benz – Aluguer de Veículos, Unipessoal Lda

Relativamente à segmentação do volume dos novos contratos de financiamento, os veículos ligeiros de passageiros continuam a representar o segmento de maior relevância (89% do volume total financiado), em linha com o mercado e com as marcas MB|SMART – o volume neste segmento registou um aumento de 29% face a 2014, sendo o principal impulsionador do crescimento de 24% do total de financiamentos.

Montante Financiado - Novos créditos concedidos



Em termos de carteira de crédito, o novo crédito concedido traduziu-se num aumento de 17% do valor bruto da mesma face a 2014 – 349Milhões de Euros de crédito a 31 de Dezembro de 2015. 76% da carteira de crédito da MBFSP está relacionada com o retalho e com a concessão de crédito automóvel a cliente final após matrícula e os restantes 24% com o crédito de stock – financiamento do stock de viaturas MB|SMART presentes nos distribuidores autorizados da Marca – os crescimentos face a 2014 foram de 22% e 5%, respectivamente.



A MBFS apresenta um nível de incumprimento dos clientes devedores há mais de 60 dias face ao total da carteira de crédito bruta de aproximadamente 1,8% (níveis de delinquência apresentados em linha com os do ano de 2014), o que se revela um rácio bastante positivo face às condições económicas vividas pelos Portugueses durante os últimos anos.

Foi dada continuidade à estratégia de reorganização da estrutura organizacional bem como o reforço de recursos humanos e optimização de processos nas áreas vitais, nomeadamente aquelas que têm impacto na qualidade do serviço, tal como o atendimento ao cliente, rede de concessionário Mercedes-Benz / Smart e análise de crédito. Foi ainda dado enfoque a diversos Projectos, que visam a melhoria do serviço prestado aos clientes bem como o aumento de eficiência operacional da empresa e mitigação de riscos operacionais.

2. Perspectivas futuras

A Administração perspectiva um ano de 2016 com os mesmos desafios e dificuldades no sector automóvel e no mercado financeiro, embora se encontre optimista no acompanhamento da marca e no crescimento sustentável da carteira de crédito da MBFSP, ainda que a níveis mais moderados em comparação com 2015.

3. Proposta de aplicação dos resultados

Propomos que o lucro do exercício de Euros 2.984.545, deduzido do montante de euros 298.455 destinado à reserva legal, seja levado à conta de resultados transitados.

4. Nota Final

O Conselho de Administração gostaria de expressar os seus agradecimentos ao accionista Mercedes-Benz Portugal, Clientes, Parceiros de Negócio e em especial a todos os colaboradores que de forma empenhada se têm dedicado ao exercício das suas funções, bem como a todos que de forma directa ou indirecta contribuíram para a consecução dos objectivos atingidos.

Abrunheira, 08 de Março de 2016

A Administração



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	Notas	2015 Euros	2014 Euros
Juros e rendimentos similares	3	15.129.284	13.585.957
Juros e encargos similares	3	(4.031.802)	(5.681.968)
Margem financeira		11.097.482	7.903.988
Resultados de serviços e comissões	4	622.940	411.406
Resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados		274	0
Outros resultados de exploração	5	1.813.540	1.602.461
Total de proveitos operacionais		13.534.236	9.917.856
Custos com o pessoal	6	2.508.335	2.407.402
Gastos gerais administrativos	7	5.127.395	4.295.768
Depreciações e Amortizações	8	43.367	50.805
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	9	(54.501)	(215.222)
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	10	(71.277)	(187.355)
Outras provisões líquidas de reversões	11	1.264.687	79.500
Resultado antes de imposto		4.716.230	3.486.959
Impostos correntes	12	(1.889.705)	172.065
Impostos diferidos	12	158.020	76.012
Resultado líquido do exercício		2.984.545	3.735.036
Resultado por acção			
Básico	13	0,166	0,207
Diluído	13	0,166	0,207

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

“As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras”

	2015 Euros	2014 Euros
Resultado líquido	2.984.545	3.735.036
Total do rendimento integral do exercício	2.984.545	3.735.036

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

“As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras”

	Notas	2015 Euros	2014 Euros
Activo			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	14	2.154.264	7.501.920
Activos disponíveis para venda		649	649
Créditos a clientes	15	338.760.843	288.779.090
Activos não correntes detidos para venda	16	200.457	83.700
Activos tangíveis	17	210.211	180.884
Activos intangíveis	18	1.453	2.752
Activos por impostos diferidos	19	804.821	646.801
Outros activos	20	21.122.197	13.295.338
Total do Activo		363.254.895	310.491.134
Passivo			
Recursos de outras instituições de crédito	21	286.969.356	217.549.915
Recursos de clientes e outros empréstimos	22	24.965.059	49.938.933
Provisões	23	4.428.094	3.163.407
Passivos por impostos correntes	24	1.944.396	1.283.380
Outros passivos	25	10.933.902	7.525.956
Total do Passivo		329.240.807	279.461.591
Capital Próprio			
Capital	26	18.001.000	18.001.000
Reservas e resultados transitados	27 e 28	13.028.543	9.293.507
Resultado do exercício		2.984.545	3.735.036
Total do Capital Próprio		34.014.088	31.029.543
Total do Capital Próprio e Passivo		363.254.895	310.491.134

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

“As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras”

	Notas	2015 Euros	2014 Euros
Fluxos de caixa de actividades operacionais			
Juros, comissões e outros proveitos recebidos		21.544.766	18.286.146
Juros, comissões e outros custos pagos		(7.413.588)	(8.500.795)
Pagamentos a fornecedores e empregados		(7.465.988)	(10.665.406)
Outros pagamentos e recebimentos		1.759.601	3.262.547
		8.424.791	2.382.492
Variação nos activos e passivos operacionais			
Fundos adiantados a clientes		(52.525.122)	(35.488.782)
Débitos para com instituições de crédito		71.985.583	80.524.674
Débitos para com empresas grupo		(25.000.000)	(43.000.000)
Débitos para com clientes		1.405	(55.203)
		(5.538.134)	1.980.690
Impostos sobre os rendimentos pagos		(969.368)	394.567
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais		1.917.290	4.757.749
Fluxos de caixa de actividades de investimento			
Aquisições de imobilizado		(71.396)	(23.740)
Aumentos em outras contas do activo		(7.517.341)	(2.644.835)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento		(7.588.737)	(2.668.575)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento			
Aumento de capital social		-	-
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		-	-
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		(5.671.450)	2.089.174
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		2.877.308	788.134
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício		(2.794.142)	2.877.308
Caixa e seus equivalentes engloba			
Disponibilidades em outras IC	14	2.154.264	7.501.920
Outros recursos		(4.948.406)	(4.624.612)
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício		(2.794.142)	2.877.308

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

	Total do capital próprio	Capital	Reserva legal	Resultado exercício	Resultados transitados
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	16.657.461	11.501.000	328.677	1.361.263	3.466.521
Constituição de reservas					
Reserva legal	-	-	136.127	(136.127)	-
Transferência para resultados transitados	-	-	-	(1.225.136)	1.225.136
Aumento capital	6.500.000	6.500.000	-	-	-
Resultado líquido do exercício	1.526.943	-	-	1.526.943	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	24.684.404	18.001.000	464.804	1.526.943	4.691.657
Constituição de reservas					
Reserva legal	-	-	152.695	(152.695)	-
Transferência para resultados transitados	-	-	-	(1.374.248)	1.374.248
Aumento capital	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	1.094.054	-	-	1.094.054	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	25.778.458	18.001.000	617.499	1.094.054	6.065.905
Constituição de reservas					
Reserva legal	-	-	109.405	(109.405)	-
Transferência para resultados transitados	-	-	-	(984.649)	984.649
Aumento capital	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	1.516.049	-	-	1.516.049	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	27.294.507	18.001.000	726.904	1.516.049	7.050.554
Constituição de reservas					
Reserva legal	-	-	151.605	(151.605)	-
Transferência para resultados transitados	-	-	-	(1.364.444)	1.364.444
Aumento capital	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	3.735.036	-	-	3.735.036	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	31.029.543	18.001.000	878.509	3.735.036	8.414.998
Constituição de reservas					
Reserva legal	-	-	373.504	(373.504)	-
Transferência para resultados transitados	-	-	-	(3.361.532)	3.361.532
Aumento capital	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	2.984.545	-	-	2.984.545	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	34.014.088	18.001.000	1.252.013	2.984.545	11.776.530

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

“As notas explicativas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras”



NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Políticas contabilísticas

1.1 Bases de apresentação

A Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Sociedade Financeira de Crédito, S.A. (SFIC ou Sociedade) foi constituída por escritura pública no decurso do mês de Maio de 2004 e iniciou a sua actividade no mês de Julho de 2004.

A Sociedade efectuou alteração da sua forma legal de Instituição Financeira para Sociedade Financeira. Assim, a partir de Novembro do ano de 2015 a Sociedade passou a designar-se por Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Sociedade Financeira de Crédito, S.A.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/02 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/05, de 17 de Fevereiro e do Aviso n.º 1/05, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras da SFIC são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, com excepção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a imparidade do crédito a clientes e o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e as interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras da SFIC agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e foram preparadas de acordo com as NCA, as quais incluem os IFRS em vigor tal como adoptados na União Europeia até 31 de Dezembro de 2015. As políticas contabilísticas utilizadas pela Sociedade na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de Dezembro de 2015 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anuais com referência a 31 de Dezembro de 2014.

As principais normas e interpretações adoptadas no exercício de 2015 são referidas na nota 35. As normas e interpretações tiveram sobretudo impacto ao nível da apresentação das demonstrações financeiras e das divulgações sendo apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e activos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objecto de cobertura.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 08 de Março de 2016.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as NCA requer que a Sociedade efectue julgamentos e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impacto sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas na nota 2.

1.2 Crédito a clientes

A rubrica crédito a clientes inclui os empréstimos originados pela Sociedade, para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando:

- (i) Expiram os direitos contratuais da Sociedade ao recebimento dos seus fluxos de caixa, ou a Sociedade transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção,
- (ii) Não obstante a Sociedade ter retido parte, mas não substancialmente, todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido das comissões e dos custos externos imputáveis à contratação de operações de crédito, que são periodificados na proporção do registo dos respectivos juros, sendo apresentado em balanço deduzido de provisões para crédito.

Imparidade

A política da Sociedade consiste na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Após o reconhecimento inicial, um crédito ou uma carteira de créditos sobre clientes, definida como um conjunto de créditos de características de risco semelhantes, poderá ser classificada com imparidade quando existe evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos, e quando estes tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre clientes, cuja mensuração possa ser estimada com razoabilidade.

Inicialmente, a Sociedade avalia se existe evidência objectiva de imparidade para os créditos numa base individual. Para a identificação desses créditos e na respectiva avaliação das perdas por imparidade, a Sociedade utiliza a informação que suporta os modelos de risco de crédito.

Para as carteiras de crédito constituídas por conjuntos homogéneos de crédito, o cálculo das perdas por imparidade efectua-se através de análise colectiva.

O modelo de imparidade encontra-se descrito na Nota 33 Gestão de Riscos

Conforme referido na política contabilística descrita na nota 1.1 e não obstante o que foi referido anteriormente, a Sociedade aplica nas suas contas as NCA pelo que, de acordo com o definido nos n.ºs 2 e 3 do Aviso n.º 1/05 do Banco de Portugal, a valorimetria e provisionamento do crédito concedido mantém o regime definido pelas regras do Banco de Portugal aplicado pela Sociedade nos exercícios anteriores, como segue:

i) Provisão específica para crédito concedido

A provisão específica para crédito concedido é baseada na avaliação dos créditos vencidos, incluindo os créditos vincendos associados, destinando-se a cobrir créditos de risco específico, sendo apresentada como dedução ao crédito concedido. A avaliação desta provisão é efectuada periodicamente pela Sociedade, tomando em consideração a existência de garantias e o período de incumprimento.

A provisão específica assim calculada assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal através dos Avisos n.º 3/95, de 30 de Junho de 1995, n.º 2/99, de 15 de Janeiro de 1999, n.º 8/03 de 8 de Fevereiro de 2003.

ii) Provisão para riscos gerais de crédito

Esta provisão destina-se a cobrir riscos potenciais existentes em qualquer carteira de crédito concedido, incluindo os créditos por assinatura, mas que não foram identificados como de risco específico, encontrando-se registada no passivo.

A provisão para riscos gerais de crédito é constituída com base no disposto nos Avisos n.º 3/95, de 30 de Junho de 1995, n.º 2/99, de 15 de Janeiro de 1999 e n.º 8/03 de 8 de Fevereiro de 2003, do Banco de Portugal.

1.3 Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes detidos para venda incluem viaturas resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes. Estes activos são mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor e o valor de balanço do crédito que lhe deu origem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de tabelas de referência do sector automóvel.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor entre o seu valor contabilístico e o correspondente justo valor actual, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas por contrapartida de resultados do exercício.

1.4 Locações

A Sociedade classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locação operacional

Os pagamentos efectuados pela Sociedade à luz de contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locação financeira

i) Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

ii) Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registadas como proveitos enquanto que as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

1.5 Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efectiva, são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva a Sociedade procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros, considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui ainda as comissões consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

1.6 Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- Quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efectiva;
- Quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam; e
- Quando resultam de uma prestação de serviços o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

1.7 Activos tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se valorizados ao custo, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de imparidade.

Os custos subsequentes são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Sociedade. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos que reflectem a vida útil esperada:

	<u>Número de</u> <u>Anos</u>
<i>Equipamento:</i>	
Mobiliário e material	8
Máquinas e ferramentas	5
Equipamento informático	3
Instalações interiores	8 a 10
Equipamento de transporte	4
Outros activos tangíveis	4 a 8

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

1.8 Activos intangíveis

Software

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Sociedade necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos (3 anos).

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

1.9 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória, realizados junto de bancos centrais.

1.10 Compensação de instrumentos financeiros

Os activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a formalidade legal de compensar os valores reconhecidos e existe a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido, ou realizar o activo e liquidar o passivo, simultaneamente.

1.11 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio da data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, que estão contabilizados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira, registados ao custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção. Activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio da data em que o justo valor foi determinado.

1.12 Imposto sobre lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados, incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados no capital próprio, facto que implica o seu reconhecimento no capital próprio. Os impostos diferidos reconhecidos no capital próprio, decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de juro da data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Os impostos diferidos são calculados de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

1.13 Relato por segmentos

Considerando que a Sociedade não detém títulos de capital próprio ou de dívida que sejam negociados publicamente, à luz do parágrafo 2 do IFRS 8, a Sociedade não apresenta informação relativa aos segmentos.

1.14 Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, outros empréstimos e passivos subordinados.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

1.15 Provisões

São reconhecidas provisões quando: (i) a Sociedade tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

1.16 Resultado por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas, excluindo o número médio de acções ordinárias compradas pela Sociedade e detidas como acções próprias.

Para o resultado por acção diluído, o número médio de acções ordinárias emitidas é ajustado para assumir a conversão de todas as potenciais acções ordinárias tratadas como diluidoras. Emissões contingentes ou potenciais são tratadas como diluidoras quando a sua conversão para acções faz decrescer o resultado por acção.

2. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As NCA estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração efectue o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Sociedade são analisadas nesta nota, com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Sociedade e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Sociedade é apresentada na nota 1 às demonstrações financeiras.

Considerando que, em algumas situações, as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Sociedade poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para permitir um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Perdas por imparidade no crédito sobre clientes

A Sociedade efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito, de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na nota 1.2, tendo como referência os níveis mínimos exigidos pelo Banco de Portugal através do Aviso n.º 3/95.

O processo de avaliação da carteira de crédito, de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida, é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas, quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Sociedade.

Imparidade dos activos de longo prazo

Os activos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade quando existem factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido não é recuperável.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos activos fixos tangíveis e intangíveis, pelo facto de se basear na melhor informação disponível à data, as alterações de pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e consequentemente nos resultados da Sociedade.

Imposto sobre os lucros

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Sociedade, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que ocorram correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Sociedade, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3. Margem financeira

A rubrica é composta por:

	Dez 2015 Euros	Dez 2014 Euros
Locação financeira	11.978.599	10.459.530
Crédito ao consumo	2.152.159	2.113.015
Crédito tomado	998.526	1.013.412
Outros juros e rendimentos similares	-	-
Juros e rendimentos similares	15.129.284	13.585.957
Recursos de instituições de crédito no país	(3.835.747)	(3.697.447)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(196.055)	(1.984.521)
Juros e encargos similares	(4.031.802)	(5.681.968)
Margem financeira	11.097.482	7.903.989

Os proveitos e custos resultantes de serviços e comissões, que são registados em resultados na rubrica Juros e rendimentos similares, podem ser analisados como segue:

	Dez 2015 Euros	Dez 2014 Euros
Proveitos resultantes de comissões cobradas	7.876.650	5.886.726
Custos resultantes de comissões pagas	(1.910.268)	(1.782.557)
	5.966.382	4.104.169

4. Resultados de serviços e comissões

Esta rubrica é composta por:

	Dez 2015 Euros	Dez 2014 Euros
Outros proveitos de serviços e comissões	945.994	667.226
Rendimentos de serviços e comissões	945.994	667.226
Outros custos com serviços e comissões	(323.054)	(255.820)
Encargos com serviços e comissões	(323.054)	(255.820)
Resultados líquidos de serviços e comissões	622.940	411.406

5. Outros resultados de exploração

A rubrica é composta por:

	Dez 2015 Euros	Dez 2014 Euros
Reembolso de despesas	1.684.556	2.289.824
Mais-valias em bens de locação financeira	224.642	390.053
Outros proveitos de exploração	1.919.393	792.228
Outros proveitos de exploração	3.828.591	3.472.105
Impostos	(557.975)	(431.988)
Menos-valias em bens de locação financeira	(305.180)	(514.941)
Donativos e quotizações	(19.627)	(12.683)
Fundo de Resolução	(95.316)	(39.519)
Outros custos de exploração	(1.036.953)	(870.513)
Outros custos de exploração	(2.015.051)	(1.869.644)
Outros resultados de exploração	1.813.540	1.602.461

As rubricas referentes a Mais e Menos-valias em bens de locação financeira registam ganhos e perdas obtidos na venda e relocação de equipamentos de contratos de locação financeira rescindidos, respectivamente.

A rubrica Outros proveitos de exploração inclui o montante de Euros 583.138 (2014: Euros 495.723), referente a valores facturados à Mercedes-Benz Aluguer Veículos, Lda., por comparticipação nas despesas de funcionamento.

A rubrica Outros proveitos de exploração inclui ainda o montante de Euros 151.897 (2014: Euros 136.982), referente a ganhos obtidos por indemnizações por incumprimento de contratos de locação financeira.

6. Custos com o pessoal

A rubrica é composta por:

	Dez 2015 Euros	Dez 2014 Euros
Remunerações	2.091.210	2.036.070
Encargos sociais obrigatórios	353.141	315.185
Encargos sociais facultativos	38.278	33.535
Outros encargos	25.706	22.612
Custos com o pessoal	2.508.335	2.407.402

O efectivo médio e trabalhadores ao serviço da Sociedade, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	Dez 2015	Dez 2014
Direcção	7	5
Técnicos	36	34
	43	39

O Conselho de Administração da Sociedade é composto por sete administradores, dos quais dois são administradores com funções executivas e cinco são administradores não executivos.

A Sociedade informa, nos termos e para efeitos do disposto no número 1 do artigo 115-I do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, que adota e põe em prática políticas de remuneração e de seleção dos membros dos órgãos de administração que respeitam, de forma adequada e proporcional à respetiva natureza, dimensão e complexidade das suas atividades, as normas legais aplicáveis.

Durante o exercício de 2015 não foram efectuadas novas contratações de colaboradores com impacto no perfil de risco da instituição e dos colaboradores com funções de controlo nem foram pagos quaisquer montantes em virtude da rescisão antecipada do contrato de trabalho com colaboradores que se integrem em alguma das referidas categorias.

7. Gastos gerais administrativos

A rubrica é composta por:

	Dez 2015 Euros	Dez 2014 Euros
Água, energia e combustíveis	29.473	34.195
Rendas e alugueres	345.252	335.276
Comunicação e despesas de expedição	213.462	147.092
Deslocações, estadas e representação	100.992	79.186
Publicidade e acções promocionais	438.965	649.632
Conservação e reparação	1.570	3.587
Formação do Pessoal	200	280
Seguros	10.859	2.126
Serviços especializados	2.214.823	1.268.381
Outros serviços de terceiros	1.771.799	1.776.013
Gastos gerais administrativos	5.127.395	4.295.768

A rubrica Rendas e alugueres, no montante de Euros 345.252. (2014: Euros 335.276), refere-se a rendas incorridas com a Mercedes-Benz Portugal, S.A. pela utilização das instalações da Sociedade e aluguer de viaturas.

A rubrica de Serviços especializados inclui os montantes de Euros 688.298 (2014: 417.217), referentes a custos com informática e de Euros 482.257 (2014: Euros 301.626), referentes a honorários de advogados assim como custos em análises, estudos e pareceres por apoio jurídico prestado para a recuperação de viaturas e crédito vencido.

A rubrica de Outros serviços de Terceiros inclui o montante de Euros 786.552 (2014: Euros 884.936) relativamente a custos incorridos com a Mercedes-Benz Portugal, S.A. por diversos serviços prestados.

Os honorários totais, referentes ao exercício financeiro, da Sociedade de revisores oficiais de contas é apresentada como segue:

	2015 Euros	2014 Euros
Revisão legal das contas anuais	16.000	16.150
Outros serviços de auditoria externa	92.250	118.354
Outros serviços de consultoria externa	32.500	-
	140.750	134.504

8. Depreciações e amortizações

A rubrica é composta por:

	Dez 2015 Euros	Dez 2014 Euros
Activos tangíveis		
Obras em imóveis arrendados	11.778	9.968
Mobiliário e material	12.913	15.091
Máquinas e ferramentas	78	-
Equipamento informático	11.428	12.456
Instalações interiores	4.341	4.341
Equipamento de segurança	751	1.112
Outros activos tangíveis	-	-
Activos tangíveis	41.289	42.968
Sistemas de tratamento automático de dados	2.078	2.234
Outros activos intangíveis	-	5.603
Activos intangíveis	2.078	7.837
Depreciações e amortizações	43.367	50.805

9. Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações

A rubrica imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações, é analisada como segue:

	Dez 2015 Euros	Dez 2014 Euros
Provisão específica para crédito concedido		
Dotações do exercício	1.244.408	2.263.968
Reversões do exercício	(1.208.015)	(2.393.432)
Recuperações de crédito e juros	(90.894)	(85.758)
Imp. do crédito líquida de rev. e recuperações	(54.501)	(215.222)

10. Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações

A rubrica imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações, é analisada como segue:

	Dez 2015 Euros	Dez 2014 Euros
Imparidade de activos não correntes detidos para venda		
Dotações do exercício	517.672	222.610
Reversões do exercício	(575.342)	(194.959)
Imp. de activos não correntes detidos para venda	(57.670)	27.651
Imparidade de outros activos		
Dotações do exercício	188.363	434.373
Reversões do exercício	(201.970)	(649.379)
Imp. de outros activos	(13.607)	(215.006)
Imp. outros activos líquida de rev. e recuperações	(71.277)	(187.355)

11. Outras provisões líquidas de reversões

A rubrica de Outras provisões líquidas de reversões, é analisada como segue:

	Dez 2015 Euros	Dez 2014 Euros
Provisão para riscos gerais de crédito		
Dotações do exercício	837.145	699.745
Reversões do exercício	(151.876)	(155.632)
Provisão para riscos gerais de crédito	685.269	544.113
Outras provisões		
Dotações do exercício	626.673	40.282
Reversões do exercício	(47.255)	(504.895)
Outras provisões	579.418	(464.613)
Outras provisões líquidas de reversões	1.264.687	79.500

12. Impostos

O encargo com impostos sobre lucros no exercício, é analisado como segue:

	Dez 2015 Euros	Dez 2014 Euros
Impostos correntes:		
Do exercício	(1.944.396)	(1.283.380)
Correcções Imposto exercício anterior	54.691	1.455.445
Impostos correntes	(1.889.705)	172.065
Impostos diferidos:		
Diferenças temporárias		
Rendimentos	158.020	325.467
Encargos	-	(249.455)
Impostos diferidos	158.020	76.012
Impostos sobre lucros no exercício	(1.731.685)	248.077

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondentes Derramas. Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

O cálculo do imposto corrente do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 22,5%, de acordo com a Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, e a Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais). Nos termos previstos na Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro, a esse montante acresce Derrama Estadual que incide sobre o quantitativo da parte do lucro tributável que excede 1,5 milhões de Euros a uma taxa de: 3% sobre a parte do lucro tributável compreendida entre 1,5 milhões de Euros e 7,5 milhões de Euros; 5% sobre a parte do lucro tributável compreendida entre 7,5 milhões de Euros e 35 milhões de Euros; e 7% sobre a parte do lucro tributável que excede 35 milhões de Euros.

O cálculo do imposto corrente do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 24,5%, de acordo com a Lei n.º 2/2014, de 6 de Janeiro, a Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais), a esse montante acresce Derrama Estadual que incide sobre o quantitativo da parte do lucro tributável que excede 1,5 milhões de Euros a uma taxa de: 3% sobre a parte do lucro tributável compreendida entre 1,5 milhões de Euros e 7,5 milhões de Euros; 5% sobre a parte do lucro tributável compreendida entre 7,5 milhões de Euros e 35 milhões de Euros; e 7% sobre a parte do lucro tributável que excede 35 milhões de Euros.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Para o exercício de 2015, o imposto diferido foi apurado com base numa taxa agregada de 22,5%, resultante do somatório das taxas de IRC (21%) aprovada pela Lei n.º 2/2014, de 16 de Janeiro, de Derrama Municipal (1,5%) e de Derrama Estadual (3%).

As declarações de autoliquidação do IRC da Sociedade ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos ou de seis anos em caso da existência de prejuízos fiscais. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração que, no contexto das demonstrações financeiras, não ocorrerão encargos adicionais de valor significativo.

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	Dez 2015 Euros		Dez 2014 Euros	
	%	Euros	%	Euros
Lucro antes de impostos		4.716.230		3.486.959
Taxa de imposto corrente	22,5%	1.061.152	24,5%	854.305
Derrama Estrutural	4,1%	193.981	2,7%	94.760
Provisões não dedutíveis	6,0%	284.554	0,6%	19.477
Incentivos fiscais não reconhecidos em resultados	(0,1%)	(2.854)	(0,1%)	(3.107)
Tributação autónoma e outros impactos				
Tributação autónoma	0,0%	0	1,4%	47.247
Outros impactos	4,1%	194.852	(36,2%)	(1.260.757)
Impostos sobre lucros no exercício	36,8%	1.731.685	(7,11%)	(248.077)

O montante de impostos diferidos em resultados é atribuível às seguintes rubricas:

	Dez 2015 Euros	Dez 2014 Euros
Provisões para crédito	154.185	76.531
Outras Provisões	3.835	(519)
	158.020	76.012

13. Resultado por acção

O resultado por acção é calculado da seguinte forma:

	Dez 2015 Euros	Dez 2014 Euros
Resultado líquido	2.984.545	3.735.036
Número médio de acções	18.001.000	18.001.000
Resultado por acção básico	0,166	0,207
Resultado por acção diluído	0,166	0,207

O resultado básico por acção é calculado efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas pelo número médio de acções ordinárias emitidas durante o ano, excluindo o número médio de acções compradas pela Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Instituição Financeira de Crédito, S.A. e detidas na carteira como acções próprias.

O resultado por acção diluído é calculado ajustando as acções ordinárias potenciais ao número médio de acções ordinárias, as quais podem resultar de dívida convertível e de opções sobre acções. Os encargos com estes instrumentos são igualmente ajustados ao resultado do exercício.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Instituição Financeira de Crédito, S.A. não detinha acções potenciais ordinárias, pelo que o resultado por acção diluído é igual ao resultado por acção básico.

14. Disponibilidades em outras instituições de crédito

A rubrica é analisada como segue:

	Dez 2015 Euros	Dez 2014 Euros
Instituições de crédito no país	2.154.264	7.501.920
Instituições de crédito no estrangeiro	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2.154.264	7.501.920

A análise da rubrica Disponibilidades em outras instituições de crédito por prazo de maturidade, é a seguinte:

	Dez 2015 Euros	Dez 2014 Euros
Até 3 meses	2.154.264	7.501.920

A taxa de remuneração das disponibilidades no exercício de 2015 e 2014 foi de 0%.

15. Crédito a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	Dez 2015 Euros	Dez 2014 Euros
Crédito vincendo		
Locação financeira	237.772.944	194.913.969
Crédito ao consumo	14.385.932	12.162.316
Crédito tomado	82.432.446	78.079.435
	334.591.322	285.155.720
Crédito vencido		
Até 3 meses	3.806.595	3.521.877
De 3 meses a 1 ano	875.266	526.374
De 1 ano até 3 anos	1.427.670	2.223.682
Mais de 3 anos	2.681.307	2.291.382
	8.790.838	8.563.315
Total crédito vincendo e crédito vencido	343.382.160	293.719.035
Provisão específica para crédito concedido	(4.621.317)	(4.939.945)
Crédito a clientes	338.760.843	288.779.090

A rubrica Locação financeira é constituída por contratos de locação financeira e aluguer de longa duração, essencialmente de veículos ligeiros de passageiros e de mercadorias e veículos pesados em estado novo.

A rubrica Crédito é constituída por contratos de crédito, principalmente de veículos ligeiros de passageiros e de mercadorias e veículos pesados em estado usados.

Não existe valor de crédito concedido aos órgãos de administração do grupo, ao abrigo do n.º 4, do Art.º 85 do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

A rubrica Crédito tomado é constituída por contratos de financiamento de stocks com os concessionários fornecedores da Sociedade.

A rubrica Crédito vencido refere-se aos valores de capital das prestações vencidas e não cobradas, bem como ao capital vincendo relativo a contratos rescindidos.

A análise das rubricas Crédito vincendo e Crédito vencido, de acordo com o prazo remanescente das operações, é a seguinte:

	Dez 2015 Euros	Dez 2014 Euros
Até 3 meses	34.628.713	40.344.745
De 3 meses a 1 ano	73.858.052	83.784.553
De 1 ano até 5 anos	217.459.598	149.405.109
Mais de 5 anos	8.644.959	11.621.312
Duração indeterminada (Crédito vencido)	8.790.838	8.563.316
Total crédito vincendo e crédito vencido	343.382.160	293.719.035

A análise da rubrica de Crédito a clientes, de acordo com o tipo de garantia é a seguinte:

	Dez 2015 Euros	Dez 2014 Euros
Crédito vincendo		
Créditos com garantias reais	304.594.916	271.808.642
Créditos sem garantias	29.996.406	13.347.078
	334.591.322	285.155.720
Crédito vencido		
Créditos com garantias reais	4.182.305	8.306.777
Créditos sem garantias	4.608.533	256.538
	8.790.838	8.563.315
Total crédito vincendo e crédito vencido	343.382.160	293.719.035

A distribuição do crédito vincendo por tipo de taxa é a seguinte:

	Dez 2015 Euros	Dez 2014 Euros
Taxa fixa	90.716.027	63.787.407
Taxa variável	243.875.295	221.368.313
Total crédito vincendo	334.591.322	285.155.720

A análise da rubrica Créditos a clientes, de acordo com o tipo de cliente, é a seguinte:

	Dez 2015 Euros	Dez 2014 Euros
Crédito vincendo		
<i>Empresas</i>		
Locação financeira	99.094.797	93.151.741
Crédito ao consumo	7.108.808	6.432.743
Crédito tomado	82.432.446	78.079.435
	188.636.051	177.663.919
<i>Particulares</i>		
Locação financeira	138.678.147	101.762.228
Crédito ao consumo	7.277.124	5.729.573
	145.955.271	107.491.801
Total crédito vincendo	334.591.322	285.155.720
Crédito e juros vencidos		
<i>Empresas</i>		
Locação financeira	4.329.826	4.217.383
Crédito ao consumo	357.005	430.243
Crédito tomado	1.604.394	1.046.404
	6.291.225	5.694.030
<i>Particulares</i>		
Locação financeira	2.170.597	2.540.342
Crédito ao consumo	329.016	328.943
	2.499.613	2.869.285
Total crédito vencido	8.790.838	8.563.315
Provisão específica para crédito concedido	(4.621.317)	(4.939.945)
Crédito a clientes	338.760.843	288.779.090

A reconciliação da rubrica Locação financeira, por prazos residuais é apresentado como segue:

	Dez 2015 Euros	Dez 2014 Euros
Rendas vincendas e valores residuais		
Até 3 meses	3.727.921	7.819.113
De 3 meses a 1 ano	19.794.663	35.092.544
De 1 ano até 5 anos	193.310.670	129.405.338
Mais de 5 anos	5.933.474	8.355.332
	<u>222.766.728</u>	<u>180.672.327</u>
Juros vincendos		
Até 3 meses	18.376	43.882
De 3 meses a 1 ano	444.127	704.616
De 1 ano até 5 anos	13.241.024	11.207.217
Mais de 5 anos	1.302.689	2.285.927
	<u>15.006.216</u>	<u>14.241.642</u>
	237.772.944	194.913.969

Os movimentos da Provisão específica para crédito concedido são analisados como segue:

	Dez 2015 Euros	Dez 2014 Euros
Saldo em 1 de Janeiro	4.939.945	5.205.997
Dotações do exercício	1.244.408	2.263.968
Reversões do exercício	(1.208.015)	(2.393.432)
Utilizações do exercício	(355.021)	(136.588)
Saldo em 31 de Dezembro	4.621.317	4.939.945

Durante o exercício de 2015, a Sociedade procedeu à anulação de créditos que se encontravam totalmente provisionados, pela utilização de provisão específica para crédito concedido no montante de Euros 355.021 (2014: Euros 136.589).

Os juros sobre crédito vencido que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos. A 31 de Dezembro de 2015, a anulação de proveitos é de Euros 173.107 (2014: Euros 182.464).

16. Activos não correntes detidos para venda

A rubrica é analisada como segue:

	Dez 2015 Euros	Dez 2014 Euros
Equipamento	468.662	409.575
Perdas por imparidade	(268.205)	(325.875)
Activos não correntes detidos para venda	200.457	83.700

A rubrica Equipamento no montante de Euros 468.662 (2014: Euros 409.575), representa os valores relativos aos bens recuperados por não exercício da opção de compra, ou por resolução de contratos. O valor desta rubrica representa o capital vincendo dos contratos, cujos bens foram recuperados, encontrando-se esses bens em situação de venda ou relocação.

A Imparidade de outros activos refere-se à imparidade para aplicações por recuperação de crédito e corresponde às diferenças positivas entre os montantes registados na rubrica Activos não correntes detidos para venda e o respectivo valor de mercado, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1.3.

Os movimentos da imparidade para outros activos são analisados como segue:

	2015 Euros	2014 Euros
Saldo em 1 de Janeiro	325.875	298.224
Dotações do exercício	517.672	222.610
Reversões do exercício	(575.342)	(194.959)
Saldo em 31 de Dezembro	268.205	325.875

17. Activos tangíveis

A rubrica é analisada como segue:

	Dez 2015 Euros	Dez 2014 Euros
Obras em imóveis arrendados	144.194	99.682
Mobiliário e material	132.694	142.171
Máquinas e ferramentas	7.561	15.969
Equipamento informático	165.477	194.617
Instalações interiores	43.958	45.458
Equipamento de segurança	3.385	6.383
Outros activos tangíveis	4.040	4.684
Custo de aquisição	501.309	508.964
Relativas ao exercício corrente	36.982	(43.202)
Relativas a exercícios anteriores	(328.080)	(284.878)
Depreciações acumuladas	(291.098)	(328.080)
Activos tangíveis	210.211	180.884

Os movimentos da rubrica Activos tangíveis, durante o ano de 2015, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Dotações Euros	Regularizações/ Abates Euros	Saldo em 31 Dezembro Euros
Obras em imóveis arrendados	99.681	44.513	-	144.194
Mobiliário e material	142.170	26.257	(35.733)	132.694
Máquinas e ferramentas	15.969	425	(8.834)	7.561
Equipamento informático	194.617	-	(29.140)	165.477
Instalações interiores	45.458	-	(1.500)	43.958
Equipamento de segurança	6.382	325	(3.322)	3.385
Outros activos tangíveis	4.687	77	(723)	4.041
Custo de aquisição	508.964	71.597	(79.252)	501.310
Obras em imóveis arrendados	30.294	11.778	-	42.072
Mobiliário e material	83.943	12.363	(34.205)	62.101
Máquinas e ferramentas	15.970	78	(8.834)	7.214
Equipamento informático	172.190	11.397	(29.140)	154.447
Instalações interiores	15.340	4.341	(1.500)	18.181
Equipamento de segurança	5.659	59	(2.630)	3.088
Outros activos tangíveis	4.684	32	(721)	3.995
Depreciações acumuladas	328.080	40.048	(77.030)	291.098
Activos tangíveis	180.884	31.549	(2.222)	210.211

Os movimentos da rubrica Outros activos tangíveis, durante o ano de 2014, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Dotações Euros	Regularizações/ Abates Euros	Saldo em 31 Dezembro Euros
Obras em imóveis arrendados	99.681	-	-	99.681
Mobiliário e material	127.799	14.371	-	142.170
Máquinas e ferramentas	15.969	-	-	15.969
Equipamento informático	186.304	8.313	-	194.617
Instalações interiores	45.458	-	-	45.458
Equipamento de segurança	6.382	-	-	6.382
Outros activos tangíveis	4.687	-	-	4.687
Custo de aquisição	486.280	22.684	-	508.964
Obras em imóveis arrendados	20.326	9.968	-	30.294
Mobiliário e material	68.953	14.990	-	83.943
Máquinas e ferramentas	15.970	0	-	15.970
Equipamento informático	159.734	12.456	-	172.190
Instalações interiores	10.835	4.341	164	15.340
Equipamento de segurança	4.377	1.213	69	5.659
Outros activos tangíveis	4.683	-	1	4.684
Depreciações acumuladas	284.878	42.968	234	328.080
Activos tangíveis	201.402	(20.284)	(234)	180.884

18. Activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Dez 2015 Euros	Dez 2014 Euros
Sistemas de tratamento automático de dados	491.998	491.219
Despesas de I&D	18.330	18.330
Outros activos intangíveis	53.772	53.772
Custo de aquisição	564.100	563.321
Relativas ao exercício corrente	(2.078)	(8.196)
Relativas a exercícios anteriores	(560.569)	(552.373)
Amortizações acumuladas	(562.647)	(560.569)
Activos intangíveis	1.453	2.752

Os movimentos da rubrica Activos intangíveis, durante o ano de 2015, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Dotações Euros	Regularizações Euros	Saldo em 31 Dezembro Euros
Sistemas de tratamento automático de dados	491.219	779	-	491.998
Despesas de I&D	18.330	-	-	18.330
Outros activos intangíveis	53.772	-	-	53.772
Custo de aquisição	563.321	779	-	564.100
Sistemas de tratamento automático de dados	488.467	2.078	-	490.545
Despesas de I&D	18.330	-	-	18.330
Outros activos intangíveis	53.772	-	-	53.772
Amortizações acumuladas	560.569	2.078	-	562.647
Activos intangíveis	2.752	(1.299)	-	1.453

Os movimentos da rubrica Activos intangíveis, durante o ano de 2014, são analisados como segue:

	Saldo em 1 Janeiro Euros	Aquisições/ Dotações Euros	Regularizações Euros	Saldo em 31 Dezembro Euros
Sistemas de tratamento automático de dados	489.569	1.650	-	491.219
Despesas de I&D	18.330	-	-	18.330
Outros activos intangíveis	53.772	-	-	53.772
Custo de aquisição	561.671	1.650	-	563.321
Sistemas de tratamento automático de dados	485.873	2.234	360	488.467
Despesas de I&D	12.728	5.602	-	18.330
Outros activos intangíveis	53.772	-	-	53.772
Amortizações acumuladas	552.373	7.836	360	560.569
Activos intangíveis	9.298	(6.186)	(360)	2.752

19. Activos e passivos por impostos diferidos

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço podem ser analisados como segue:

	Dez 2015		Dez 2014	
	Activos Euros	Passivos Euros	Activos Euros	Passivos Euros
Comissões	-	-	-	-
Provisões	804.821	-	646.801	-
	804.821	-	646.801	-
Impostos diferidos líquidos	804.821		646.801	

Os activos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto são reconhecidos quando exista uma expectativa razoável de haver lucros tributáveis futuros. A incerteza de recuperabilidade de prejuízos fiscais reportáveis e crédito de imposto é considerada no apuramento de activos por impostos diferidos.

Os activos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que, nos termos da legislação aplicável, a Sociedade possa compensar activos por impostos correntes com passivos por impostos correntes e sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto.

O movimento do imposto diferido é analisado como segue:

	2015 Euros	2014 Euros
Saldo em 1 de Janeiro	646.801	570.789
Reconhecido em resultados	158.020	76.012
Saldo em 31 de Dezembro	804.821	646.801

20. Outros activos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2015 Euros	2014 Euros
Imposto sobre o valor acrescentado a receber	13.575.667	6.781.354
Outros devedores	4.926.235	4.521.615
Outros proveitos a receber	65.088	50.233
Despesas com custos diferidos	43.174	73.205
Outras contas de regularização	2.796.106	2.166.611
Outros activos	21.406.270	13.593.018
Imparidade de outros activos	(284.073)	(297.680)
Outros activos	21.122.197	13.295.338

A 31 de Dezembro de 2015, a rubrica Imposto sobre o valor acrescentado a receber inclui o montante de Euros 1.147.896 (2014: Euros 1.439.630), que representa o IVA a recuperar relativo à emissão de notas de crédito.

A empresa apresenta um crédito de imposto perante a Administração Fiscal de Euros 12.364.449 (2014: Euros 5.310.815).

A rubrica Outros devedores inclui o montante de Euros 3.485.621 (2014: Euros 2.831.131) referente a débitos a empresas do grupo.

A rubrica Outras contas de regularização inclui o montante de Euros 1.005.886 (2014: Euros 854.905) referente a valores a receber de participações em contratos realizados no âmbito de campanhas efectuadas em conjunto com a Mercedes-Benz Portugal, Comércio de Automóveis, S.A..

Os movimentos da imparidade para outros activos são analisados como se segue:

	2015 Euros	2014 Euros
Saldo em 1 de Janeiro	297.680	512.686
Dotações do exercício	188.363	434.373
Reversões do exercício	(201.970)	(649.379)
Saldo em 31 de Dezembro	284.073	297.680

21. Recursos de outras instituições de crédito

A rubrica é analisada como segue:

	Dez 2015 Euros	Dez 2014 Euros
Instituições de crédito no país	286.969.356	217.549.915

A análise da rubrica Recursos de outras instituições de crédito, de acordo com o prazo remanescente das operações, é apresentada como segue:

	2015 Euros	2014 Euros
Até 3 meses	38.469.356	20.049.915
3 meses até 1 ano	117.000.000	84.000.000
1 ano até 5 anos	131.500.000	113.500.000
	286.969.356	217.549.915

22. Recursos de clientes e outros empréstimos

A rubrica é analisada como segue:

	Dez 2015 Euros	Dez 2014 Euros
Empréstimos de Residentes		
Mercedes-Benz Portugal, S.A.	20.015.753	45.314.321
Empréstimos de Não Residentes		
Daimler AG	4.949.306	4.624.612
Outros empréstimos	24.965.059	49.938.933

A análise da rubrica Recursos de clientes e outros empréstimos, de acordo com o prazo remanescente das operações, é a seguinte:

	2015 Euros	2014 Euros
Até 3 meses	24.965.059	45.938.933
3 meses a 1 ano	-	4.000.000
1 ano até 5 anos	-	-
	24.965.059	49.938.933

23. Provisões

A rubrica é analisada como segue:

	2015 Euros	2014 Euros
Provisão para riscos gerais de crédito	3.524.129	2.838.860
Provisão para outros riscos e encargos	903.965	324.547
Provisões	4.428.094	3.163.407

Os movimentos da rubrica Provisão para riscos gerais de crédito são analisados como segue:

	2015 Euros	2014 Euros
Saldo em 1 de Janeiro	2.838.860	2.294.747
Dotações do exercício	837.145	699.745
Reversões do exercício	(151.876)	(155.632)
Saldo em 31 de Dezembro	3.524.129	2.838.860

A provisão para riscos gerais de crédito, foi constituída no âmbito dos Avisos n.º 3/95 de 30 de Junho, n.º 2/99 de 15 de Janeiro e n.º 8/03 de 30 de Janeiro, do Banco de Portugal, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1.2..

Os movimentos da rubrica Provisão para outros riscos e encargos são analisados como segue:

	2015 Euros	2014 Euros
Saldo em 1 de Janeiro	324.547	789.160
Dotações do exercício	626.673	40.282
Reversões do exercício	(47.255)	(504.895)
Utilizações do exercício	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	903.965	324.547

24. Passivos por impostos correntes

A diferença entre a carga fiscal imputada e a carga fiscal paga é analisada como segue:

	Dez 2015 Euros	Dez 2014 Euros
Carga fiscal imputada (dotações)	1.944.396	1.283.380
Carga fiscal paga (do exercício)	-	-
Passivos por impostos correntes	1.944.396	1.283.380

25. Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2015 Euros	2014 Euros
Cauções recebidas	40.839	39.434
Fornecedores de bens para locação financeira	3.853.954	2.603.540
Fornecedores de bens para crédito ao consumo	351.275	153.313
Sector público administrativo	126.553	118.350
Custos a pagar com férias e subsídios de férias	633.820	437.190
Outros custos a pagar	2.083.555	2.446.567
Comissões a pagar a angariadores	1.269.037	665.179
Outras contas de regularização	2.574.869	1.062.383
Outros passivos	10.933.902	7.525.956

A rubrica Cauções recebidas no montante de Euros 40.839 (2014: Euros 39.434) refere-se a cauções recebidas de clientes de locação financeira.

A rubrica Cauções recebidas tem a seguinte composição de acordo com o prazo residual das operações:

	2015 Euros	2014 Euros
Até 3 meses	16.255	12.525
De 3 meses a 1 ano	19.282	2.325
De 1 ano até 5 anos	5.302	24.584
	40.839	39.434

A rubrica Outros custos a pagar inclui o montante de Euros 416.173 (2014: Euros 238.000) relativo a estimativa de bónus a pagar ao pessoal no exercício seguinte.

A rubrica Outros custos a pagar inclui ainda o montante de Euros 1.739.220 (2014: Euros 1.708.375) relativo a diversos custos administrativos, nomeadamente custos com telemóveis, auditoria e revisão de contas, suporte informático e consultoria.

A rubrica Comissões a pagar a angariadores no montante de Euros 1.269.037 (2014: Euros 665.179), refere-se a comissões de intermediação a pagar aos angariadores de contratos de locação financeira e de crédito ao consumo.

A rubrica Outras contas de regularização inclui o montante de Euros 152 (2014: Euros 5.732) referente a prémios de seguros recebidos de clientes a entregar a mediadores de seguros.

26. Capital

O capital de Euros 18.001.000, representado por 18.001.000 acções de valor nominal de 1 Euro cada uma, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

A Empresa procedeu ao aumento de capital no montante de Euros 6.500.000, em 6 de Junho de 2011. Este foi efectuado mediante entrada em espécie no montante de Euros 5.500.000 e conversão de créditos, no

montante Euros 1.000.000, decorrentes de contrato de empréstimo subordinado celebrado entre a sociedade e o accionista, em 21 de Agosto de 2007.

27. Reserva legal

Nos termos da legislação portuguesa, a Sociedade deverá reforçar anualmente a reserva legal com pelo menos 10% dos lucros líquidos anuais, até à concorrência do capital social. Esta reserva não está disponível para distribuição, podendo ser utilizada para absorver eventuais prejuízos futuros e para aumentar o capital social.

Em função do resultado líquido da Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Sociedade Financeira de Crédito, S.A. para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, deverá ser afecto à reserva legal o montante aproximado de Euros 298.455.

28. Reservas e resultados transitados

Esta rubrica é analisada como segue:

	2015 Euros	2014 Euros
Reserva legal	1.252.013	878.508
Outras reservas e resultados transitados	11.776.530	8.414.999
Reservas e resultados transitados	13.028.543	9.293.507

29. Passivos contingentes e compromissos

Esta rubrica é analisada como segue:

	2015 Euros	2014 Euros
Garantias e avales prestados	64.317.881	60.645.357
Compromissos assumidos perante terceiros	39.731.476	16.623.203
Compromissos assumidos por terceiros	10.000.000	113.500.000
Outras contas extrapatrimoniais:	357.776.729	306.309.780

As Garantias e avals prestados são operações bancárias que não se traduzem numa mobilização de fundos por parte do Grupo.

A rubrica Compromissos assumidos perante terceiros no montante de Euros 39.731.476 (2014: Euros 16.623.203), refere-se aos plafonds de crédito concedido a clientes do negócio de crédito tomado. Estes compromissos são revogáveis.

30. Balanços e taxas médias

Os valores contabilísticos médios dos activos e passivos financeiros, bem como as taxas de juro médias efectivas, são apresentadas no seguinte quadro:

31 Dezembro 2015			
	Balanço Médio Euros	Juros Euros	Taxa %
Activos geradores de juros			
Disponibilidades em O.I.C.	4.828.092	-	0,0%
Crédito a Clientes	313.769.967	15.129.284	4,8%
Total de activos geradores de juros	318.598.059	15.129.284	4,7%
Activos não geradores de juros	18.274.956		
Total do Activo	336.873.015	15.129.284	4,5%
Passivos geradores de juros:			
Recursos em O.I.C.	252.259.635	3.556.049	1,4%
Recursos de Clientes e O.E.	37.451.996	475.752	1,3%
Total de Passivos Geradores de juros	289.711.631	4.031.802	1,4%
Passivos não geradores de juros	14.639.568		
Total do Passivo	304.351.199	4.031.802	1,3%
Capital Próprio	32.521.816		
Total do Passivo e do Capital Próprio	336.873.015	4.031.802	1,2%
Juros e rendimentos equiparados	15.129.284		
Juros e encargos equiparados	(4.031.802)		
Margem Financeira	11.097.482		

Taxa de Margem Financeira (1) 3,5%

(1) - Relação entre a Margem Financeira e o saldo médio do Total de Activos Geradores de Juros

31 Dezembro 2014			
	Balanço Médio Euros	Juros Euros	Taxa %
Activos geradores de juros			
Disponibilidades em O.I.C.	5.716.762	-	0,0%
Crédito a Clientes	271.945.712	13.585.957	5,0%
Total de activos geradores de juros	277.662.474	13.585.957	4,9%
Activos não geradores de juros	12.105.436		
Total do Activo	289.767.910	13.585.957	4,7%
Passivos geradores de juros:			
Recursos em O.I.C.	176.064.510	5.094.818	2,9%
Recursos de Clientes e O.E.	70.695.551	587.150	0,8%
Total de Passivos Geradores de juros	246.760.061	5.681.968	2,3%
Passivos não geradores de juros	13.845.824		
Total do Passivo	260.605.885	5.681.968	2,2%
Capital Próprio	29.162.025		
Total do Passivo e do Capital Próprio	289.767.910	5.681.968	2,0%
Juros e rendimentos equiparados	13.585.957		
Juros e encargos equiparados	(5.681.968)		
Margem Financeira	7.903.989		

Taxa de Margem Financeira (1) 2,8%

(1) - Relação entre a Margem Financeira e o saldo médio do Total de Activos Geradores de Juros

31. Justo valor

A 31 de Dezembro de 2015, a decomposição dos activos e passivos financeiros da Sociedade contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao seu justo valor é analisado como segue:

31 Dezembro 2015			
	Valor Contabilístico Euros	Justo Valor Euros	Diferença Euros
Activos Financeiros:			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2.154.264	2.154.264	-
Activos disponíveis para Venda	649	649	-
Créditos a clientes	338.760.843	336.492.517	2.268.326
Passivos Financeiros:			
Recursos de outras instituições de crédito	286.969.356	286.969.356	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	24.965.059	24.965.059	-

A 31 de Dezembro de 2014, a decomposição dos activos e passivos financeiros da Sociedade contabilizados ao valor contabilístico (custo histórico) e ao seu justo valor é analisado como segue:

	31 Dezembro 2014		
	Valor Contabilístico Euros	Justo Valor Euros	Diferença Euros
Activos Financeiros:			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	-	-
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7.501.920	7.501.920	-
Activos disponíveis para Venda	649	649	-
Créditos a clientes	288.779.090	286.252.574	2.526.516
Passivos Financeiros:			
Recursos de outras instituições de crédito	217.549.915	217.549.915	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	49.938.933	49.938.933	-

32. Partes relacionadas

À data de 31 de Dezembro de 2015, o valor das transacções da Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Sociedade Financeira de Crédito, S.A. com partes relacionadas, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no exercício são analisados como segue:

	31 Dezembro 2015			
	Balço		Demonstração de resultados	
	Activo Euros	Passivo Euros	Custos Euros	Proveitos Euros
Mercedes-Benz Portugal, Comércio de Automóveis, S.A.	3.273.639	-	1.619.084	4.316.451
Mercedes-Benz Comercial Lda	-	(2.908)	(400.584)	215.471
Mercedes-Benz Aluguer de Veículos Lda	348.226	-	81	(232.979)
	3.621.865	(2.908)	1.218.581	4.298.943

À data de 31 de Dezembro de 2014, o valor das transacções da Mercedes-Benz Financial Services Portugal – Sociedade Financeira de Crédito, S.A. com partes relacionadas, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no exercício são analisados como segue:

	31 Dezembro 2014			
	Balço		Demonstração de resultados	
	Activo Euros	Passivo Euros	Custos Euros	Proveitos Euros
Mercedes-Benz Portugal, Comércio de Automóveis, S.A.	4.559.296	-	3.670.885	5.311.493
Mercedes-Benz Comercial Lda	-	711.642	153.737	82.646
Mercedes-Benz Aluguer de Veículos Lda	145.754	-	204.453	500.752
	4.705.050	711.642	4.029.075	5.894.891

Todas as transacções efectuadas com partes relacionadas são realizadas a preços de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

33. Gestão de riscos da actividade

A gestão de riscos da actividade é efectuada com base nos riscos gerais inerentes a qualquer instituição, nomeadamente o risco de crédito, risco de mercado, risco de taxa de juro, risco de taxa de câmbio, risco de liquidez, risco de “compliance”, risco operacional, risco dos sistemas de informação, risco de estratégia e risco de reputação.

Apesar da reduzida dimensão da sociedade, para fazer face ao disposto no aviso 5/2009, foi criada uma função de Gestão de Risco e “Compliance” com o objectivo de auxiliar a estratégia da empresa, respeitando princípios e políticas de gestão inerentes à actividade e assegurar o cumprimento de normas aplicáveis ao exercício de cada uma das actividades da empresa. Ainda assim alguns desses riscos são aferidos no dia a dia, pelos responsáveis das várias áreas da sociedade e posteriormente centralizadas para o responsável da área de gestão de Risco e “Compliance”.

Ao contrário de outras instituições financeiras de maior dimensão, que dispersam as suas actividades por várias áreas de negócio dentro do sector financeiro, a Mercedes-Benz Financial Services Portugal, S.A. focaliza a sua actividade no financiamento automóvel, o que reduz substancialmente a complexidade dos seus métodos. Por outro lado, a sociedade pratica uma cultura de transparência da comunicação interna, que flui de forma favorável, atendendo ao já referido número de elementos que a compõem.

Cientes da importância desta temática, toda a actividade é gerida tendo em consideração as directrizes e regras prudenciais impostas pela entidade reguladora do Sector Bancário (Banco de Portugal), bem como procedimentos e recomendações do Grupo Daimler.

Para sustentar as suas deliberações, a Administração recorre, sempre que necessário, ao apoio especializado dos Advogados da empresa, do aconselhamento técnico de Consultores, bem como dos pareceres da ASFAC - Associação de Instituições de Crédito Especializado, da qual é membro. Paralelamente, recorre ainda a entidades externas no intuito de aferir, com a adequada independência, os riscos em que a Sociedade poderá estar a incorrer, nomeadamente o não cumprimento de procedimentos internos, implementados com a finalidade central de mitigar esses mesmos riscos.

De entre essas entidades salientam-se:

- Departamentos especializados do grupo Daimler, nomeadamente nas áreas de concessão de crédito, contabilidade e controlling, informática, através de auditorias não regulares, sempre que a Administração o solicitar.
- Auditores internos do grupo Daimler, através de auditorias não regulares, sempre que a Administração o solicitar.

33.1 Risco de Crédito

A estratégia da empresa é definida pela administração em consonância com a actividade do grupo Daimler em Portugal. Esta estratégia é revista anualmente, durante a elaboração do plano (para dois anos) da Sociedade, e enquadra-se nos objectivos corporativos da Mercedes-Benz Financial Services Portugal, S.A. e nos projectos prioritários da respectiva região Europa, incorporando ainda as vendas previstas da Mercedes-Benz em Portugal, a segmentação do risco de crédito e as análises de rentabilidade ponderadas por esse mesmo risco. São também, efectuadas revisões bi-anuais do orçamento, onde se procede a ajustamentos e identificação de medidas de correcção que evitem o afastamento aos objectivos gerais incluídos na estratégia da empresa para o ano em curso.

A política de risco de crédito encontra-se bem definida e disponível para todos os colaboradores através dos manuais de procedimentos internos. Toda e qualquer assunção de risco de crédito assumida pela Sociedade, carece de aprovação de pelo menos dois colaboradores ("four eyes principle") e de acordo com as autoridades e limites impostos nesses manuais.

Quanto aos empréstimos a colaboradores (da Sociedade e do grupo), estes têm que ser sempre aprovados pela Direcção, de acordo a princípios claros e equidade.

A criação de novos produtos, ou de novas campanhas baseadas em produtos já existentes, são acompanhados por uma ficha de produto aprovada pelos directores, chefes de departamento e responsáveis de área comercial. Dessas fichas, devem constar entre outros, os objectivos do produto ou campanha, uma breve descrição do funcionamento do produto, as condições financeiras, uma análise da rentabilidade e um plano operacional.

Relativamente à concentração de riscos, a Sociedade toma por procedimento interno o aviso nº06/2008 do Banco de Portugal.

O Departamento de Cobrança dispõe de um sistema de gestão da cobrança ("CollectionsNet"), que possibilita um acompanhamento e controlo permanente da carteira nas suas diferentes fases (cobrança telefónica interna, cobrança externa, pré-contencioso, contencioso, recuperação do equipamento, etc). Permitirá também, no futuro, analisar a performance dos sistemas de rating e scoring desenvolvidos pela Sociedade, que servem como uma referência no processo de tomada de decisão de crédito. Para além deste sistema informático, são produzidas várias análises referentes às actividades de cobrança e níveis de provisões económicas.

A empresa dispõe de sistemas que lhe permitem fornecer uma informação adequada sobre a composição da carteira de crédito, permitem inclusive obter uma informação contrato a contrato, que posteriormente é trabalhada por produto e segmento.

Modelo de Imparidade

De acordo com a IAS 39 existem dois métodos para o cálculo das perdas por imparidade: (i) análise individual; e (ii) análise colectiva.

A identificação de créditos com e sem sinais de imparidade é assegurada pelo modelo de imparidade da MBF e de acordo com as regras definidas pela IAS 39.

De referir que em conformidade com a Carta Circular nº 15/2009 do Banco de Portugal, a anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação dos créditos, numa perspectiva económica, pela utilização de perdas de imparidade, quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

(i) Análise Individual

A avaliação da existência de perdas por imparidade é determinada através de uma análise da exposição total de crédito (Cliente) caso a caso. Para cada crédito considerado individualmente significativo, a MBF avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objectiva de imparidade. Os principais triggers de imparidade utilizados pela MBF são os seguintes:

- Atraso no pagamento;
- Notas de débito devolvidas;
- Falência;
- Contrato ou cliente em estado de Watch List;
- Contrato ou cliente em estado de Problem Credit;
- Falta em alguma obrigação contratual relevante;
- Cancelamento de crédito;
- Revogação de uma linha de crédito;
- Reestruturação de uma linha de crédito;
- Capital próprio negativo ou negativo desenvolvimento do negócio;
- Diminuição do rating em pelo menos duas classes;
- Um dos fiadores entrou em default; e
- Fraude.

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é efectuada para clientes com montantes de exposição considerados como significativos pela MBF de acordo com os seguintes critérios:

- Cliente (empresa) com exposição superior ou igual a 300 mil euros (Corporate); e
- Toda a população de crédito tomado (Corporate Dealer).

As perdas de imparidade são determinadas com base na comparação do valor recuperável descontado à taxa efectiva do contrato e a exposição de cada crédito, sendo as perdas registadas por contrapartidade de resultados.

Os créditos em que não seja identificada uma evidência objectiva de imparidade são agrupados em carteiras com características de risco de crédito semelhantes, as quais são aplicados uma provisão genérica.

(ii) **Análise Colectiva**

Os créditos em que não seja identificada uma evidência objectiva de imparidade individual, são agrupados em carteiras com características de risco de crédito semelhantes, as quais são avaliadas colectivamente. As perdas por imparidade baseadas na análise colectiva tem em consideração duas distintas: contratos que estejam classificados como bad book (com delinquência superior a 30 dias) e contractos classificados como good book (delinquência inferior a 31 dias).

As perdas por imparidade relativas a conjuntos homogéneos de crédito, determinadas em termos colectivos, pretendem reflectir as perdas incorridas, incluindo as perdas incorridas ainda não identificadas (IBNR) e são calculadas considerando os seguintes aspectos:

A carteira de crédito é segmentada por tipo de cliente:

- (i) Privado; e
- (ii) Empresas com exposição inferior a 300 mil euros (SME).

Análise colectiva para contratos classificados como bad book

O cálculo da perda por imparidade tem em consideração o montante de exposição e a respectiva *Loss Frequency* (LF) e *Loss Severity* (LS) de cada contrato.

Loss Frequency (LF): corresponde à probabilidade de ocorrência de uma perda para um determinado contrato
 $LF = \text{Taxa de Migração} \times LF \text{ do estado superior} + \text{Direct Loss Rate}$

Taxa de Migração: corresponde à probabilidade de determinado contrato que se encontra num determinado estado de delinquência transitar para um estado superior.

Direct Loss Rate: corresponde à probabilidade de perda de um contrato que se encontra num determinado estado de delinquência sem transitar para o estado de delinquência superior.

Loss Severity (LS): corresponde à perda potencial estimada com base na série de informação histórica de 36 meses. É apurada uma LS para cada estado de delinquência

Análise colectiva para contratos classificados como good book

O cálculo da perda por imparidade tem em consideração o montante de exposição e a respectiva Taxa de Migração, *Direct Loss Rate on GB* e *Direct Loss Severities* de cada contrato.

Taxa de Migração: corresponde ao número de contractos que transitam do portfólio good book para bad book tendo em consideração um período emergente de 7 meses.

Direct Loss Rate on GB: corresponde à perda registada a dividir pela exposição nos contractos a transitar para bad book

Direct Loss Severities: corresponde à probabilidade de perda de um contracto que não chegue a transitar para bad book

Parâmetros de Risco

Os parâmetros de risco por segmento (*bad book*) resultantes do cálculo de imparidade com referência a 31 de Dezembro 2015 são apresentados

Segmento	Dias Atraso	Taxa de Migração	Direct Loss	Loss Frequency	Loss Severity
Privado	[31-60]	41%	0%	10%	33%
Privado	[61-90]	56%	0%	26%	31%
Privado	[91-120]	67%	0%	46%	40%
Privado	[121-150]	79%	0%	68%	45%
Privado	[151-180]	85%	0%	85%	46%
Privado	[181-210]	92%	0%	100%	52%
Privado	[211-240]	90%	0%	100%	46%
Privado	[241-270]	95%	0%	100%	41%
Privado	[271-300]	92%	0%	100%	41%
Privado	[301-330]	92%	0%	100%	45%
Privado	[331-360]	93%	1%	100%	48%
Privado	[361-390]	93%	0%	100%	35%
Privado	[391-420]	96%	0%	100%	44%
Privado	[421-450]	95%	0%	100%	44%
Privado	[451-480]	96%	0%	100%	36%
Privado	[481-510]	95%	0%	100%	35%
Privado	[511-540]	95%	0%	100%	37%
Privado	[541-570]	93%	0%	100%	34%
Privado	[571-600]	100%	0%	100%	43%
Privado	[601-630]	98%	0%	100%	32%
Privado	[631-660]	97%	1%	100%	29%
Privado	[661-690]	96%	0%	100%	31%
Privado	[691-720]	99%	0%	100%	34%
Privado	>720	18%	20%	100%	77%

Segmento	Dias Atraso	Taxa de Migração	Direct Loss	Loss Frequency	Loss Severity
Empresa	[31-60]	49%	0%	22%	35%
Empresa	[61-90]	70%	0%	45%	38%
Empresa	[91-120]	79%	0%	63%	40%
Empresa	[121-150]	85%	1%	80%	40%
Empresa	[151-180]	91%	2%	93%	37%
Empresa	[181-210]	91%	0%	100%	39%
Empresa	[211-240]	95%	1%	100%	36%
Empresa	[241-270]	91%	0%	100%	38%
Empresa	[271-300]	94%	0%	100%	39%
Empresa	[301-330]	96%	0%	100%	40%
Empresa	[331-360]	98%	0%	100%	43%
Empresa	[361-390]	97%	0%	100%	42%
Empresa	[391-420]	96%	0%	100%	47%
Empresa	[421-450]	99%	0%	100%	41%
Empresa	[451-480]	98%	1%	100%	43%
Empresa	[481-510]	99%	0%	100%	54%
Empresa	[511-540]	98%	1%	100%	50%
Empresa	[541-570]	99%	0%	100%	39%
Empresa	[571-600]	99%	0%	100%	52%
Empresa	[601-630]	97%	0%	100%	46%
Empresa	[631-660]	99%	0%	100%	57%
Empresa	[661-690]	97%	0%	100%	54%
Empresa	[691-720]	98%	2%	100%	58%
Empresa	>720	9%	13%	100%	67%

Numa base trimestral são actualizadas as *Loss Frequencies* e *Loss Severities* e mensalmente as Taxas de Migração, *Direct Loss Rates* e *Direct Loss Severities*. Adicionalmente, todos os pressupostos assumidos para o cálculo de imparidade (análise colectiva) são revistos em conjunto com o Departamento de Risk Management da casa mãe.

Não obstante da informação evidenciada na nota 15, a informação evidenciada vem ao encontro das divulgações quantitativas exigidas no âmbito do n.º4 do Anexo 1 da Carta Circular n.º02/2014/DSP do Banco de Portugal, tendo em consideração o modelo de imparidade acima descrito.

As exposições de crédito por segmento e a imparidade apurada são apresentadas como se segue:

Segmento	Da Exposição Total 31.12.2015						Da Exposição Total 31.12.2015					
	Exposição Total 31.12.2015	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento		Imparidade Total 31.12.2015	Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento		
		Dias de atraso < 30	Dias de atraso [30-90]	Sub-total	<= 90	> 90 dias		Dias de atraso < 30	entre 30 - 90	<= 90	Dias de atraso > 90 dias	
Corporate Dealer	87.947.989	87.947.989	-	87.947.989	-	-	720.341	720.341	-	-	-	
Corporate	28.289.464	27.435.255	233.465	27.668.720	-	620.744	979.440	322.862	27.377	-	629.201	
Construção e CRE	12.671.437	11.703.709	98.529	11.802.238	39.537	829.662	962.300	217.820	10.526	3.343	730.611	
SME	67.733.089	64.173.045	927.936	65.100.981	40.897	2.591.211	2.514.492	205.258	70.951	3.458	2.234.825	
Private	152.527.138	149.627.835	1.236.649	150.864.483	35.670	1.626.985	1.521.471	236.430	41.772	1.409	1.241.860	
Total	349.169.117	340.887.833	2.496.579	343.384.412	116.104	5.668.602	6.698.044	1.702.712	150.627	8.210	4.836.497	

Segmento	Exposição 31.12.2015			Imparidade 31.12.2015		
	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado
Corporate Dealer	87.947.989	87.947.989	157.231	856.027	-	-
Corporate	28.289.464	27.668.720	326.323	326.323	620.744	7.975
Construção e CRE	12.671.437	11.802.238	37.974	207.557	869.199	68.315
SME	67.733.089	65.100.981	572.860	599.984	2.632.108	401.298
Private	152.527.138	150.864.483	736.457	756.569	1.662.655	71.574
Total	349.169.117	343.384.412	1.830.845	2.746.459	5.784.706	549.162

Segmento	Da Exposição Total 31.12.2014						Da Exposição Total 31.12.2014					
	Exposição Total 31.12.2014	Crédito em cumprimento			Crédito em incumprimento		Imparidade Total 31.12.2014	Crédito em cumprimento		Crédito em incumprimento		
		Dias de atraso < 30	Dias de atraso [30-90]	Sub-total	Dias de atraso <= 90	> 90 dias		Dias de atraso < 30	entre 30 - 90	Dias de atraso < 90	> 90 dias	
Corporate Dealer	85.238.558	62.108.372	23.130.187	85.238.558	-	-	852.386	621.084	231.302	-	-	
Corporate	25.158.812	22.851.601	743.553	23.595.154	187.024	1.376.634	1.427.557	323.839	144.434	9.285	950.000	
Construção e CRE	11.215.537	9.807.754	241.158	10.048.912	256.187	910.438	950.946	150.037	21.146	14.746	765.018	
SME	62.943.162	59.378.230	1.217.224	60.595.454	326.900	2.020.808	2.422.879	641.931	112.412	53.651	1.614.886	
Private	112.647.235	109.528.639	1.147.286	110.675.925	267.252	1.704.058	1.812.694	374.548	33.885	19.085	1.385.176	
	297.203.305	263.674.595	26.479.408	290.154.003	1.037.363	6.011.930	7.466.463	2.111.438	543.179	96.765	4.715.080	

Segmento	Exposição 31.12.2014			Imparidade 31.12.2014					
	Exposição Total	Crédito em cumprimento	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em incumprimento	Do qual reestruturado	Imparidade Total	Crédito em cumprimento	Crédito em incumprimento
Corporate Dealer	85.238.558	85.238.558	865.079	1.894.160	-	-	852.386	852.386	-
Corporate	25.158.812	23.595.154	420.499	155.225	1.563.659	425.700	1.427.557	468.273	959.284
Construção e CRE	11.215.537	10.048.912	161.895	306.523	1.166.625	79.460	950.946	171.183	779.764
SME	62.943.162	60.595.454	777.110	873.046	2.347.708	125.079	2.422.879	754.343	1.668.536
Private	112.647.235	110.675.925	1.607.308	1.730.414	1.971.310	59.706	1.812.694	408.434	1.404.261
Total	297.203.305	290.154.003	3.831.890	4.959.369	7.049.301	689.946	7.466.463	2.654.618	4.811.845

O detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção com referência a 31 de Dezembro de 2015 é apresentado como se segue:

Ano de produção	Corporate Dealer			Corporate			Construção e CRE			SME			Private			Total		
	Número de operações	Montante	Imparidade acumulada	Número de operações	Montante	Imparidade acumulada	Número de operações	Montante	Imparidade acumulada	Número de operações	Montante	Imparidade acumulada	Número de operações	Montante	Imparidade acumulada	Número de operações	Montante	Imparidade acumulada
2005 e anteriores	-	-	-	1	3.681	3.681	5	53.364	53.364	41	373.631	370.781	34	152.745	149.712	71	583.403	577.520
2006	-	-	-	1	16.510	16.510	3	27.003	27.003	7	74.413	41.107	9	37.865	21.298	20	165.791	138.918
2007	-	-	-	5	65.572	65.572	5	59.741	59.741	39	409.148	340.003	25	158.247	120.649	74	692.708	605.662
2008	-	-	-	11	103.952	80.661	23	246.997	167.238	89	804.308	502.844	56	280.850	237.481	179	1.566.062	980.024
2009	-	-	-	28	467.561	44.038	23	156.415	18.476	85	381.792	113.726	107	784.518	166.056	243	1.780.586	344.303
2010	-	-	-	9	144.092	14.328	52	390.113	187.682	170	1.192.622	158.671	287	2.071.666	289.166	518	3.798.493	629.847
2011	-	-	-	36	936.162	394.668	97	1.061.869	297.521	380	3.198.856	225.963	400	3.630.447	100.756	812	8.829.284	1.024.928
2012	-	-	-	28	631.690	100.002	43	504.494	19.014	335	4.343.422	272.011	445	5.429.117	49.249	851	10.908.723	440.276
2013	1	157.231	1.388	85	3.672.816	29.913	104	1.592.048	32.608	664	10.539.212	155.165	1108	14.031.611	116.586	1.962	29.992.918	330.560
2014	1	696.796	5.724	357	8.274.696	91.094	190	3.038.930	62.030	931	17.631.218	171.401	2789	42.629.357	163.774	4.268	72.072.997	494.023
2015	7107	87.091.963	713.330	630	13.970.732	138.953	225	5.531.479	27.964	1230	28.964.516	127.811	4047	83.220.759	126.926	13.239	218.779.449	1.134.984
Total	7.108	87.947.990	720.340	1.180	38.389.446	979.440	770	12.671.435	963.300	3.871	67.733.088	2.514.492	9.209	152.527.130	1.521.471	22.237	349.169.114	6.698.046

O detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e colectivamente por segmento são apresentados como se segue:

	Corporate Dealer		Corporate		Construção e CRE		SME		Private		Total	
	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade	Exposição	Imparidade
31.12.2015												
Avaliação												
Individual	87.947.989	720.341	28.289.464	979.440	874.652	246.500	-	-	-	-	117.112.106	1.946.281
Colectiva	-	-	-	-	11.796.784	715.800	67.733.089	2.514.492	152.527.138	1.521.471	232.057.011	4.751.763
Total	87.947.989	720.341	28.289.464	979.440	12.671.437	962.300	67.733.089	2.514.492	152.527.138	1.521.471	349.169.117	6.698.046
31.12.2014												
Avaliação												
Individual	85.238.558	852.386	25.158.812	1.427.557	1.450.434	52.396	-	-	-	-	111.847.804	2.332.339
Colectiva	-	-	-	-	9.765.104	898.550	62.943.162	2.422.879	112.647.235	1.812.694	185.355.501	5.134.124
Total	85.238.558	852.386	25.158.812	1.427.557	11.215.537	950.946	62.943.162	2.422.879	112.647.235	1.812.694	297.203.305	7.466.463

O detalhe dos movimentos de entradas e saídas na carteira de crédito reestruturado é apresentado como se segue:

	31.12.2015	31.12.2014
Saldo inicial da carteira reestruturados (bruto de imparidade)	5.649.315	9.148.889
Créditos reestruturados no período	31.022	1.579.587
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	-2.384.716	-5.079.161
Outros	-	-
Saldo final da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	3.295.621	5.649.315

O detalhe do justo valor dos colaterais subjacentes à carteira de crédito do segmento Corporate Dealer é apresentado como se segue:

31.12.2015	Corporate Dealer	
	Imóveis	
Justo Valor	Número	Montante
< 0,5 M€	1	460.000
>= 0,5 M€ e < 1 M€	-	-
Total	1	460.000

31.12.2014	Corporate Dealer	
	Imóveis	
Justo Valor	Número	Montante
< 0,5 M€	2	790.000
>= 0,5 M€ e < 1 M€	2	1.110.000
Total	4	1.900.000

A distribuição da carteira de crédito por graus de risco é apresentada como se segue:

31.12.2015					
Segmento	GR Baixo	GR Médio	GR Elevado	Not listed	Total
Corporate Dealer	8.781.263	73.574.064	5.592.661	-	87.947.988
Corporate	8.265.040	19.129.793	894.631	-	28.289.464
Construção e CRE	5.097.994	4.129.977	2.753.162	690.303	12.671.436
SME	36.318.192	16.087.285	11.440.606	3.887.006	67.733.089
Private	32.774.257	108.591.135	9.103.595	2.058.153	152.527.140
Total	91.236.746	221.512.254	29.784.655	6.635.462	349.169.117

31.12.2014					
Segmento	GR Baixo	GR Médio	GR Elevado	Not listed	Total
Corporate Dealer	9.479.317	69.230.224	6.529.017		85.238.558
Corporate	1.725.123	21.904.600	1.529.089		25.158.812
Construção e CRE	3.564.471	3.962.562	3.360.347	328.157	11.215.537
SME	29.224.474	13.659.154	17.884.646	2.174.887	62.943.162
Private	22.734.617	73.911.461	15.228.655	772.502	112.647.235
Total	66.728.002	182.668.000	44.531.755	3.275.547	297.203.305

Política de colaterais

As garantias bancárias, em que a MBFS é beneficiária, são prestadas por Instituições registadas sujeitas à supervisão do Banco de Portugal. Deste modo encontra-se mitigado qualquer risco associado a falta de liquidez ou incumprimento dessa obrigação.

Política de Write-off

A remoção de um activo de balanço (write-off) só pode acontecer quando é confirmado pela empresa que o crédito ou lease é legalmente ou economicamente impossível de receber, neste caso a MBF só procede a write-off quando tem no seu poder as Declarações do Tribunal assegurando a incapacidade do cliente.

33.2 Risco de Concentração

São aplicados os limites de acordo com o Regulamento (UE) n.º 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho 26 de Junho de 2013 relativo aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e para as empresas de investimento, para todos os clientes considerados como grande risco de acordo com o artigo 392º - Definição de grande risco.

Considerando os moldes de funcionamento do negócio de crédito de stock, no qual existe uma reserva de propriedade contratualmente estabelecida como forma de garantia adicional, e considerando como remota a impossibilidade de garantia por parte dos bancos, optamos por não considerar este risco na análise efectuada.

33.3 Risco de Mercado e de liquidez

O grupo Daimler possui, em Berlim, um departamento especializado na avaliação dos riscos de taxa de juro e de liquidez; composto por elementos especializados, que analisam de forma exaustiva todas as vicissitudes dos mercados onde o grupo opera, esse departamento (“Asset/Liability Management” ou “ALM”) recomenda a estratégia para todas as empresas do grupo, tendo em atenção a realidade mundial e a especificidade dos mercados locais. O ALM colabora ainda na concepção do plano anual, definindo limites aos riscos de taxa de juro e de liquidez.

Mensalmente, a organização remete ao ALM informação detalhada da sua carteira de crédito e do financiamento existente. Em troca, recebe um relatório onde consta, entre outras, informações sobre a liquidez da carteira de crédito, assim como análises ao impacto na margem financeira bruta, caso ocorram variações base nas taxas de juro de mercado. A empresa segue as recomendações recebidas em termos de cobertura de riscos de taxa de juro e liquidez, sempre em concordância com as condições actuais do mercado português.

O ALM efectua ainda simulações a cenários (“stress testing”) de todos os tipos de alterações bruscas de mercado que possam envolver risco de taxa de juro e risco de liquidez para as empresas, que constam de relatórios distribuídos regularmente nos diferentes comités especializados do grupo e para discussão com os responsáveis financeiros das empresas, caso a alteração justifique uma acção por parte das empresas.

Importa referir que todos os relatórios elaborados pelo ALM podem a qualquer hora ser solicitados pelos mercados. Caso estes últimos desejem outro tipo de relatórios ou análises específicas poderão também requisita-las ao mesmo departamento.

À data de balanço, a Empresa detinha Euros 2.154.264 em disponibilidades em outras instituições de crédito (2014: Euros 7.501.920).

A tabela abaixo apresenta os passivos financeiros que são liquidados pelo seu valor líquido agrupados por maturidades residuais relevantes. Os activos e passivos que podem ser reembolsados a qualquer momento são sempre alocados ao período temporal mais curto.

31 de Dezembro 2015						
	Valor do Balanço	Não Sensíveis	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos
Activos Financeiros:						
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2.154.264		2.154.264	-	-	-
Créditos a clientes	338.760.843		134.273.072	101.686.008	101.194.534	1.607.229
Passivos Financeiros:						
Recursos de outras instituições de crédito	286.969.356		38.469.356	117.000.000	131.500.000	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	24.965.059		24.965.059	-	-	-

31 de Dezembro 2014						
	Valor do Balanço	Não Sensíveis	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos
Activos Financeiros:						
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7.501.920		7.501.920	-	-	-
Créditos a clientes	288.779.090		84.900.822	109.706.593	91.520.333	2.651.342
Passivos Financeiros:						
Recursos de outras instituições de crédito	217.549.915		20.049.915	84.000.000	113.500.000	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	49.938.933		45.938.933	4.000.000	-	-

É também importante referir o facto da carteira da empresa ser na generalidade indexada à taxa de juro Euribor e que os limites ou linhas de crédito negociados com outras entidades de crédito se encontram muito acima dos valores utilizados em cada momento, logo o impacto de uma variação da respectiva taxa na nossa carteira será reduzido.

33.4 Risco Cambial

A sociedade efectua, a totalidade das suas transações em euros, pelo que não se encontra exposta ao risco de liquidação de operações cambiais.

33.5 Risco Operacional

A estratégia de gestão de riscos operacionais da sociedade estão expressos num conjunto de documentos internos, enquadrados no “Company Handbook”.

De entre os documentos internos, salientamos os manuais internos de concessão de crédito, produtos financeiros oferecidos, compliance, onde constam todos os procedimentos operativos e riscos a considerar nas referidas áreas.

Para certificação que todos estes procedimentos internos não são desrespeitados, a organização dispõe em cada departamento de controlos que permitem validar o cumprimento dos mesmos. Esses erros são posteriormente formalmente reportados ao responsável da área de Gestão de Risco e “Compliance”, para que se proceda à sua correcção.

A análise das rubricas relacionadas com o negócio é efectuada de forma pontual e não sistemática, estando a ser desenvolvido um procedimento que permita identificar eventuais erros, no máximo, numa base mensal, para posterior regularização dos mesmos.

Para além desse conjunto de documentos, a sociedade investiu recursos na implementação de um sistema de gestão documental adoptado pelo grupo Daimler.. A utilidade desta aplicação vai além da documentação de processos, na medida em que permite a obtenção de uma visão estruturada do funcionamento operativo da Sociedade, bem como uma excelente possibilidade de análise, identificação de falhas e potenciais melhorias.

33.6 Risco de “Compliance”

No decorrer do ano de 2011, foi reforçada a área de actuação da função de compliance implementada em 2009, tendo como principais objectivos: implementar a estratégia, princípios e políticas de gestão inerentes à actividade da empresa, coordenar, agregar e facilitar a função de gestão de risco e assegurar o cumprimento de normas aplicáveis ao exercício de cada uma das actividades da empresa. Foi desenvolvido um manual de procedimentos para esta área, de forma a que todos os colaboradores tenham acesso à informação necessária para executar as suas funções em conformidade com os princípios e políticas do grupo e da legislação.

Capital Regulamentar

O Capital regulamentar da Sociedade é calculado de acordo com as normas do Banco de Portugal, que define níveis mínimos para os rácios prudenciais, calculados como quociente entre os fundos próprios e os activos de risco.

A decomposição dos Fundos próprios, Activos de risco e Rácios de Solvabilidade da Sociedade em 31 de Dezembro de 2015 e 31 de Dezembro de 2014, apresentam-se como se segue:

CRD/CRR do regulamento (EU) nº 575/2013	2015 Dez Euros	2014 Dez Euros
A - Fundos Próprios		
Capital realizado, Prémios de Emissão e Acções Próprias	18.001.000	18.001.000
Resultados, Reservas Legais, Estatutárias e Resultados não distribuídos	13.028.543	9.293.507
A1 - Fundos Próprios de Base excluindo acções preferenciais (Core TIER I)	31.029.543	27.294.507
Provisões elegíveis para inclusão em TIER II	3.064.628	2.838.859
A2 - Capital Core Tier II	3.064.628	2.838.859
B - Activos de Riscos Equivalentes		
Requisitos de Fundos Próprios	15.961.467	16.945.343
Total de Activos de Risco Equivalentes	15.961.467	16.945.343
C - Rácios Prudenciais		
Rácio Core TIER I	11,66%	9,66%
Total Rácio Capital	12,82%	10,67%

34. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigos e que a Sociedade aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras são as seguintes:

IFRIC 21 – Taxas

O IASB emitiu esta interpretação em 20 de Maio de 2013, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta interpretação foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 634/2014, de 13 de Junho.

Esta nova interpretação define taxa (“*levy*”) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com a legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o específico evento que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre.

Esta interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade.

Melhoramentos às IFRS (2011-2013)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2011-2013, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013, introduziram alterações com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014, às normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1361/2014, de 18 de Dezembro (definindo a entrada em vigor, o mais tardar, a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em, ou após, 1 de Janeiro de 2015).

- IFRS 1 – Conceito de “IFRS efectivas”

O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias mas permitam aplicação antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.

- IFRS 3 – Excepções ao âmbito de aplicação para joint ventures

As alterações excluem do âmbito da aplicação da IFRS 3 a formação de todos os tipos de acordos conjuntos, tal como definidos na IFRS 11. Tal excepção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de *joint ventures* ou às próprias *joint ventures*.

- IFRS 13 – Âmbito do parágrafo 52 – excepção de portefólios

O parágrafo 52 da IFRS 13 inclui uma excepção para mensurar o justo valor de grupos de activos ou passivos numa base líquida. O objectivo desta alteração consiste na clarificação que a excepção de portefólios aplica-se a todos os contratos abrangidos pela IAS 39 ou IFRS 9, independentemente de cumprirem as definições de activo financeiro ou passivo financeiro previstas na IAS 32.

- IAS 40 – Inter-relação com a IFRS 3 quando classifica propriedades como propriedades de investimento ou imóveis de uso próprio.

O objectivo da alteração é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um activo, de um grupo de activos ou de uma concentração de uma actividade operacional abrangida pela IFRS 3.

A Sociedade não registou qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras em resultado destas melhorias.

A Sociedade decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações adoptadas pela União Europeia:

IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados

O IASB emitiu, em 21 de Novembro de 2013, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014. Esta alteração foi adoptada pelo Regulamento da

Comissão Europeia n.º 29/2015, de 17 de Dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor, o mais tardar, a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em, ou após, 1 de Fevereiro de 2015).

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efectuadas pelos empregados ou por terceiras entidades ligadas aos serviços, exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efectuadas por empregados ou por terceiras entidades ligadas ao serviço, que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

A Sociedade não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2010-2012)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013, introduzem alterações com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 28/2015, de 17 de Dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor, o mais tardar, a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em, ou após, 1 de Fevereiro de 2015).

- IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (“*vesting*”)

A alteração clarifica a definição de “condição de aquisição” (“*vesting*”) contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Acções, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da “condição de aquisição”, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

- IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de actividades empresariais

O objectivo da alteração visa clarificar certos aspectos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de actividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um activo ou passivo não-financeiro.

- IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos activos dos segmentos reportáveis e os activos da empresa

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os factores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos activos dos segmentos reportáveis para o total dos activos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

- IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39, não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor actual de uma conta a receber ou a pagar no curto prazo, cuja factura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o paragrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

- IAS 16 e IAS 38 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depender da selecção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada ser calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

- IAS 24 – Transacções com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP), quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora, como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

A Sociedade não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2012-2014)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2012-2014, emitidos pelo IASB em 25 de Setembro de 2014, introduzem alterações com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2016 às normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2343/2015, de 15 de Dezembro de 2015.

- IFRS 5 Activos Não Correntes Detidos Para Venda e Operações Descontinuadas: Alterações no Método de Disposição

As alterações à IFRS 5 clarificam que caso uma entidade reclassifique um activo (ou um grupo em descontinuação) directamente de “detido para venda” para “detido para distribuição aos proprietários” (ou vice versa) então a alteração de classificação é considerada uma continuação do plano original de disposição. Assim sendo, nenhum ganho ou perda de mensuração será contabilizado na demonstração dos resultados ou na demonstração do rendimento integral.

- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações: contratos de Serviços Prestados

As alterações à IFRS 7 clarificam - adicionando orientação de aplicação adicional - quando os contratos de prestação de serviços constituem envolvimento continuado para efeitos da aplicação dos requisitos de divulgação no parágrafo 42 C da IFRS 7.

- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações: Aplicabilidade das emendas à IFRS 7 na compensação de activos e passivos financeiros para demonstrações financeiras intercalares condensadas

A presente alteração esclarece que as divulgações adicionais exigidas que foram introduzidas em Dezembro de 2011 pelas alterações ao IFRS 7 - compensação de activos e passivos financeiros - não são necessárias em períodos intercalares após o ano da sua aplicação inicial, a menos que a IAS 34 Relato Financeiro Intercalar exija essas divulgações.

- IAS 19 Benefícios dos Empregados: Taxa de desconto: emissão mercado regional

As alterações à IAS 19 clarificam que as obrigações de empresas de alta qualidade utilizadas para estimar a taxa de desconto deve ser determinada considerando a mesma moeda em que os benefícios vão ser pagos. Consequentemente, a profundidade do mercado de títulos corporativos de alta qualidade deve ser avaliada ao nível da moeda, em vez de ao nível do país. Se um mercado activo não existir, deve ser utilizada a taxa de mercado dos títulos do governo denominados nessa moeda.

- IAS 34 Relato Financeiro Intercalar: Divulgação de informações “em outras partes do relatório financeiro intercalar”

As alterações esclarecem que “outras divulgações” exigidas pelo parágrafo 16A do IAS 34, devem ser apresentadas ou nas demonstrações financeiras intercalares ou incorporadas por referência cruzada das demonstrações financeiras intercalares para algum outro documento (como comentários da gestão ou de um relatório de risco), que esteja disponível para os utentes das demonstrações financeiras nos mesmos termos, e ao mesmo tempo, que as demonstrações financeiras intercalares.

As alterações à IAS 34 também clarificam que, se os utentes das demonstrações financeiras não tiverem acesso a essa informação incluída por referência cruzada, nas mesmas condições e ao mesmo tempo, o relatório financeiro intercalar é incompleto.

A Sociedade não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

IAS 27: Equivalência patrimonial em demonstrações financeiras separadas

O IASB emitiu em 12 de Agosto de 2014 alterações à IAS 27, com data efectiva de aplicação para períodos que iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2016, visando introduzir uma opção pela mensuração de subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.

Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2441/2015, de 18 de Dezembro de 2015.

A Sociedade não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

*Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para a Sociedade**IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)*

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado; justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI); e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio, cujo objetivo seja deter o ativo com vista a receber os fluxos de caixa contratuais, e os termos dos seus fluxos de caixa dêem lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados por tais investimentos são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os activos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.

Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um activo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias actualmente existentes na IAS 39 de “a deter até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com excepção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o actual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um activo financeiro não ter aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

No caso de o risco de crédito ter aumentado significativamente, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respectiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificado o evento de perda (o que actualmente se designa por “prova objectiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afectada directamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respectivo juro.

A IFRS 9 será aplicável em ou após 1 de Janeiro de 2018.

A Sociedade iniciou um processo de avaliação dos impactos decorrentes desta norma. Dada a natureza das actividades da Sociedade, não é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Sociedade.

IFRS 15 Rédito de contratos com clientes

O IASB emitiu em Maio de 2014, a norma IFRS 15 Rédito de contratos com clientes, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2017. A sua adopção antecipada é permitida. Esta norma veio revogar as normas IAS 11 Contratos de construção, IAS 18 Rédito, IFRIC 13 Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 Transferências de Activos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito - Transacções de Troca Directa Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito deve ser reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

- No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- Ao longo do período, na medida em que retrata a performance da entidade.

A Sociedade não espera qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras decorrente da adopção desta norma.

IFRS 14 Contas Diferidas Regulatórias

O IASB emitiu em 30 de Janeiro de 2014 uma norma que define medidas provisórias para quem adopta pela primeira vez as IFRS e tem actividade com tarifa regulada.

A presente norma não é aplicável à Sociedade.

IFRS 16 - Locações

O IASB emitiu em 13 de Janeiro de 2016 a norma IFRS 16 - Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2019. A sua adopção antecipada é permitida desde que adoptada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 - Locações. A IFRS 16 remove a classificação das locações como operacionais ou financeiras, tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de activos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

A Sociedade iniciou um processo de avaliação dos impactos decorrentes desta norma

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB em 2014 e aplicável aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2016 as seguintes alterações:

- Alterações à IAS 16 e IAS 41: Plantas vivas de produção de produtos agrícolas ("*Bearer Plants*") (emitida em 30 de Junho e adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2113/2015, de 23 de Novembro);
- Alterações à IAS 16 e IAS 38: Clarificação dos métodos aceites para depreciação e amortização (emitida em 12 de Maio e adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2231/2015, de 2 de Dezembro);
- Alterações à IFRS 11: Contabilização de aquisições de interesses em empreendimentos conjuntos (emitida em 6 de Maio e adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2173/2015, de 24 de Novembro);
- Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28: Entidades de Investimento: Aplicação da excepção de consolidação (emitida em 18 de Dezembro);
- Alterações à IAS 1. Iniciativa de Divulgações (emitida em 18 de Dezembro).

A Sociedade não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



ANEXOS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

- 1 Examinámos as demonstrações financeiras da **Mercedes-Benz Financial Services Portugal - Sociedade Financeira de Crédito, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2015 (que evidencia um total de 363.254.895 euros e um total de capital próprio de 34.014.088 euros, incluindo um resultado líquido de 2.984.545), a Demonstração dos resultados, as Demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexo.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas, conforme estabelecidas pelo Banco de Portugal ("NCA's"), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações, o rendimento integral, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.



- 5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Mercedes-Benz Financial Services Portugal - Sociedade Financeira de Crédito, S.A.** em 31 de Dezembro de 2015, o resultado das suas operações, o rendimento integral, os fluxos de caixa e as alterações no capital próprio no exercício findo naquela data, em conformidade com as NCA's, conforme definidas pelo Banco de Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

- 8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 22 de Março de 2016



KPMG & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)

representada por

Fernando Gustavo Duarte Antunes (ROC n.º 1233)



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Accionistas da
**Mercedes-Benz Financial Services Portugal
Sociedade Financeira de Crédito, S.A.**

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único da **Mercedes-Benz Financial Services Portugal - Sociedade Financeira de Crédito, S.A.**, apresentar o Relatório da nossa acção fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, contas e propostas apresentadas pelo Conselho de Administração da **Mercedes-Benz Financial Services Portugal - Sociedade Financeira de Crédito, S.A.**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

Através de contactos estabelecidos com o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da actividade da Sociedade e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2015, efectuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos da Sociedade, procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados pela Sociedade conduzem a uma correcta avaliação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas apreciamos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o relatório de gestão, elaborado pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras, apresentadas que compreendem o Balanço, as demonstrações dos resultados, do rendimento integral, dos fluxos de caixa e das alterações nos capitais próprios do exercício findo naquela data, e as correspondentes notas explicativas.

Procedemos ainda à emissão da respectiva Certificação Legal das Contas sem reservas, decorrente do exame realizado.

Do Conselho de Administração e dos serviços competentes obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

- As demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade;
- As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados; e
- O relatório de gestão apresenta a evolução dos negócios e da situação da Sociedade, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.


Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Sociedade aprove:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015;
- b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções do Conselho de Administração da Sociedade e dos serviços com os quais tivemos oportunidade de contactar.

Lisboa, 22 de Março de 2016

O FISCAL ÚNICO



KPMG & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)

representada por

Fernando Gustavo Duarte Antunes (ROC n.º 1233)